



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DISCURSO DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
RAQUEL DODGE

Posse do Presidente do TSE

Brasília, 6 de fevereiro de 2018.

[Cumprimentos iniciais]

Senhor Ministro Presidente, Senhora Ministra, Senhores Ministros, Senhoras e Senhores,

Advogados, demais autoridades aqui presentes, senhores servidores,

Faço, neste momento, uma saudação especial ao Ministro Luiz Fux que, nesta noite, assume o compromisso de estar à frente de uma das instituições mais respeitadas deste país. Também cumprimento de forma muito especial e calorosa a ministra Rosa Weber que, desde já, está irmanada com o ministro Luiz Fux no desafio de conduzir o Tribunal Superior Eleitoral neste ano, em que, por força dos fatos, estará no centro de decisões importante para o país.

A função de Suas Excelências vai além da condução de um processo eleitoral que seja limpo, seguro e que respeite as leis. A justiça eleitoral tem um importante papel na consolidação da democracia de nosso país e no nível de credibilidade que a população

deposita em suas instituições. E esse papel não se restringe e nem pode ser exercido apenas no período eleitoral, quando as atenções se voltam para a Corte e suas decisões.

Ele aparece na organização de cada etapa, na preocupação de se criar meios para que a população possa exercer o direito ao voto. Se torna real nos esforços para garantir a todos, inclusive aos moradores de uma aldeia ou de comunidades ribeirinhas, que possam se cadastrar e ser reconhecidos como eleitores.

Passa também pela preocupação de cumprir regras que garantam o equilíbrio entre concorrentes e, sobretudo, que assegure a devida punição àqueles que insistirem em desrespeitar essas normas. Normas que, em 2018 passam por um novo modelo de financiamento, por campanhas que certamente terão influências das chamadas novas mídias. Afinal, não é possível imaginar o processo eleitoral sem considerar as implicações de fenômenos como redes sociais e uso de notícias falsas.

O desafio para esta Corte é grande, mas me sinto confortável para falar dessa atribuição específica - a de garantir a lisura da disputa . É que parte dessa tarefa cabe ao Ministério Público no exercício da função eleitoral. Adianto aqui, senhor ministro presidente Luiz Fux, que a Justiça Eleitoral terá em cada promotor e em cada procurador designado para atuar nas eleições de 2018 um fiscal atento às regras e aos limites assentados na legislação.

Aqui no TSE, mas também nos estados e nos municípios, o Ministério Público está preparado para combater fraudes eleitorais, verificar o respeito à lei da Ficha Limpa, que surgiu de uma ini-

ciativa popular, e defender o sufrágio universal previsto em nossa lei maior, a Constituição.

Que Vossa Excelência consiga vencer esse desafio. Qualificação para isso não lhe falta. Professor, doutrinador, gestor de Códigos, juiz de carreira, o ministro Luiz Fux construiu uma carreira brilhante. Muito nos orgulha que tenha sido do quadro do Ministério Público. Ainda nos idos de 1980 optou pela magistratura e, desde então, construiu uma carreira sólida, que foi coroada com a nomeação para o Supremo Tribunal Federal, em 2011, e que agora assume este novo e instigante desafio.

Na Suprema Corte destaca-se pelos posicionamentos firmes e ponderados. Que esses adjetivos estejam presentes também em sua gestão à frente do TSE.

Não poderia deixar de referir-me à nossa vice-presidente, Rosa Weber. A ministra dedicou-se à Justiça do Trabalho, nos anos iniciais de sua carreira. E trouxe para o STF, há sete anos, atenção especial para as causas coletivas e para a proteção de direitos sociais.

Antes de encerrar, faço uma homenagem ao ministro Gilmar Mendes que encerra seu mandato de presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Agradeço de forma especial por sua atuação na consolidação do sistema de dados biométricos que foi decisivo para que o país possa agora contar com o Documento Nacional de Identificação, um projeto grandioso e importante para o país, iniciado na gestão do Excelentíssimo senhor ministro Dias Toffoli. Uma iniciativa que também tornou possível a aprovação de um decreto que

abre caminho para a criação do Documento Nacional Provisório do Migrante, uma ideia pioneira no Estado Brasileiro. Essas duas conquistas foram oficializadas ontem pelo Presidente da República. Destaco também a parceria firmada na última quinta para a ampliação do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Pessoas Desaparecidos, o Sinalid. O uso do banco de dados do TSE, disponibilizado por Vossa Excelência, ministro Gilmar Mendes, é fundamental para mitigar o sofrimento de famílias que têm um parente desaparecido, são 700 mil famílias na última década.

Encerro minha fala, desejando muito sucesso ao ministro Luiz Fux, à ministra Rosa Weber e a toda a Corte e oferecendo apoio e parceria do Ministério Público nesta empreitada, neste ano de 2018.

Muito obrigada.